

IDAPAR
Organizador

Maria Cristina Cesar de Oliveira
Octavio Cascaes Dourado Junior
Marcio Augusto Moura de Moraes
Coordenadores

Prefácio
André Saddy

SUSTENTABILIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Belo Horizonte

PREFÁCIO

André Saddy	13
--------------------------	----

SUSTENTABILIDADE E DIREITO ADMINISTRATIVO

Maria Cristina Cesar de Oliveira	17
1 Os riscos da modernidade avançada	17
2 Sustentabilidade e desenvolvimento	18
3 O Direito no marco da sustentabilidade	22
3.1 Sustentabilidade e boa governança.....	23
3.2 Princípios jurídicos e governança pública sustentável	24
4 À guisa de conclusão.....	27
Referências	28

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS, NO ESTADO DO PARÁ

Octavio Cascaes Dourado Junior, Miguel Monteiro Ribeiro, Stefany Monteiro Lucena	31
1 Introdução.....	31
2 Regra geral na gestão dos recursos hídricos.....	33
2.1 Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará – PERH	33
2.2 Outorga de direito de uso dos recursos hídricos como instrumento de gestão.....	34
3 A realidade dos processos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos.....	35
3.1 Quantitativo de deferimento e indeferimento dos processos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos entre 2016 e 2021	35
3.2 Causas dos indeferimentos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos	38
3.3 Tempo médio para a conclusão dos processos administrativos de outorga de direito de uso de recursos hídricos, no Estado do Pará.....	40
4 Conclusão.....	42
Referências	43

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE DE TRABALHO SUSTENTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO

Marcio Augusto Moura de Moraes, Fábio Bandeira de Mello	45
Introdução.....	45
1 Interseção entre Direito do Trabalho e Direito Ambiental	46
2 Conceito e objeto do meio ambiente do trabalho.....	48
3 Emergência da discussão acerca do meio ambiente de trabalho no serviço público e a influência da pós modernidade.....	49
4 Atos normativos que sustentam o direito ao meio ambiente do trabalho saudável.....	52
4.1 Convenções internacionais.....	52
4.2 Constituição Federal de 1988	56
4.3 Atos normativos infraconstitucionais	57
5 Normas regulamentares do Ministério do Trabalho e sua (in) aplicabilidade aos agentes públicos.....	59
6 Direito ao meio ambiente de trabalho sustentável no serviço público.....	62
6.1 Dados do painel estatístico de pessoal do Ministério do Planejamento	64

6.2	Relatório da Organização Mundial da Saúde.....	66
6.3	A incidência da sustentabilidade de modo pluridimensional	66
	Conclusões	68
	Referências	69

CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SUSTENTABILIDADE

Cesar Pereira.....		73
	Introdução.....	73
1	Sustentabilidade nos contratos regidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos	74
1.1	“Desenvolvimento nacional” e a dimensão constitucional das contratações públicas sustentáveis.....	74
1.2	Contratações públicas sustentáveis na Lei nº 8.666	76
1.3	Contratações públicas sustentáveis a partir da Lei nº 14.133.....	78
2	Sustentabilidade nos contratos administrativos internacionais .	80
2.1	Esforços internacionais para a promoção das contratações públicas sustentáveis.....	80
2.2	Sustentabilidade no GPA/WTO e a potencial acessão do Brasil.	81
2.3	Contratos administrativos de compra internacional de mercadorias	84
2.3.1	Aplicação da CISG aos contratos administrativos de compra internacional de mercadorias.....	84
2.3.2	Sustentabilidade nos contratos regidos pela CISG	85
3	Conclusão.....	87
	Referências	88

GOVERNANÇA: INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO AO BEM-ESTAR SOCIAL E DE CONSECUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Renata Fabris Pinto Gurjão, Eurico Soares Montenegro Neto		91
1	Introdução.....	91
2	Quando as instituições falham, o que pode ser feito?	93
3	As boas práticas de governança corporativa como instrumento de gerenciamento das instituições políticas.....	95
4	Índices verificadores de implementação da governança apontam para o desenvolvimento sustentável: uma análise da perspectiva da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON).....	100
5	Considerações finais.....	107
	Referências	108

A GOVERNANÇA COMO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Arianne Brito Cal Athias.....		113
	Introdução.....	113
1	A importância da governança e os critérios ESG para a sustentabilidade ambiental	114
2	Políticas públicas de boa governança para a promoção do desenvolvimento sustentável.....	118
3	Adoção de práticas inovadoras de gestão e governança sustentáveis.....	121
4	Agenda 21 Brasileira e o processo de governança e planejamento para o desenvolvimento sustentável	124
	Conclusões	128
	Referências	129

CARTAS DA CIDADE: UMA ANÁLISE DO NEOLIBERALISMO NA COP 30

Fernando Lourenço Matos Lima, Daniella Maria dos Santos Dias.....		131
	Introdução.....	131
	A sombra do neoliberalismo	132
	As cartas revelam: análise das contas públicas	133

Desvendando o futuro: neoliberalismo e a preparação de Belém para a COP 30.....	137
Considerações finais.....	140
Referências	141

O DIÁLOGO INTERSETORIAL PARA A CONCRETIZAÇÃO DO SOCIALMENTE JUSTO: UMA VISÃO DE COMPETÊNCIAS E DE PODERES COMPARTILHADA ENTRE ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE CIVIL NO PROGRAMA ESCRREVENDO E REESCREVENDO A NOSSA HISTÓRIA (PERNOH)

Sandoval Alves da Silva, Pedro Simões da Silva	145
1 Introdução.....	145
2 O Estado e a cooperação na divisão das funções estatais.....	148
3 As teorias do diálogo aplicadas à cooperação intersetorial.....	150
4 O diálogo intersetorial para concretizar o socialmente justo: Programa Escrevendo e Reescrevendo Nossa História (Pernoh).....	153
5 Conclusão.....	156
Referências	157

A INSTITUIÇÃO DE UM REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E O DESAFIO PARA UMA PREVIDÊNCIA SOCIAL SUSTENTÁVEL

Sérgio Oliva Reis.....	159
1 Apresentação da questão.....	159
2 Do modelo previdenciário brasileiro	160
3 Do histórico do tratamento dos regimes fechados de previdência complementar destinados aos servidores públicos no Direito brasileiro.....	161
4 Da evolução dos déficits atuarial e previdenciário dos regimes próprios no Brasil	164
5 Das alterações decorrentes da implementação de um regime de previdência complementar pelos entes federados	167
6 Considerações finais.....	169
Referências	169

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO DEVER CONSTITUCIONAL: ASPECTOS LEGAIS E PRÁTICOS

Ana Maria Barata, João Rogério Rodrigues	173
Introdução.....	173
1 O contexto da educação ambiental no âmbito rural.....	174
2 Normativo constitucional e legal da educação ambiental.....	177
3 Proposição do ensino prático na educação ambiental	180
Conclusões	184
Referências	185

O PAPEL DA ADVOCACIA PÚBLICA CONSULTIVA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Mônica Martins Toscano Simões	187
1 Palavras introdutórias.....	187
2 A advocacia pública consultiva e a formulação das políticas públicas	188
2.1 A escolha da política pública	188
2.2 A modelagem da política pública	190
3 A judicialização das políticas públicas.....	195
4 Conclusão.....	197
Referências	197

ÚTEIS, CONTÍNUOS OU CORRIDOS: SEGURANÇA JURÍDICA
NA FORMA DE CONTAGEM DE PRAZOS ADMINISTRATIVOS
NO ESTADO DO PARÁ E SUA INFLUÊNCIA PARA A JUSTIÇA
E FORMAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FORTES (META 16 – ODS)

João Paulo Mendes Neto, Carlos Alberto Schenato Junior.....	199
1 Introdução.....	199
2 Federalismo, legalidade e o princípio da segurança jurídica para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 da ONU.....	202
3 Prazos administrativos no Estado do Pará e a Lei Geral de Processos Administrativos – LEPA	205
4 Conclusão.....	211
Referências	212

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE
CIVIL ESTATAL POR INJUSTIÇA AMBIENTAL

Elody Boulhosa Nassar	215
1 Introdução.....	215
2 Sustentabilidade como valor supremo na CF de 1988	217
3 Responsabilidade civil extracontratual do estado em sede ambiental e a jurisprudência do STJ	220
4 Conclusões	227
Referências	228

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
SUSTENTÁVEL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Amanda Guiomarino, Priscilla Vieira	231
1 Introdução.....	231
2 O desenvolvimento nacional sustentável e o tão falado ASG (ESG).....	232
3 A Lei nº 14.133/2021 e sua relação com o desenvolvimento nacional sustentável	234
4 Compras sustentáveis e perspectivas para o futuro	238
5 Conclusão.....	241
Referências	242

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: APLICAÇÃO DA NOVA
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Milene Dias da Cunha, Meriam Paes.....	245
1 Introdução.....	245
2 A Lei nº 14.133/2021 e as compras públicas sustentáveis	247
3 Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos na gestão pública brasileira.....	250
4 Boas práticas	255
5 Levantamento sobre a aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos nos municípios brasileiros	256
6 Pontos positivos	265
7 Considerações finais.....	267
Referências	268

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS SOB A ÓTICA DA LEI
FEDERAL Nº 14.133/2021: EXPECTATIVA OU POSSIBILIDADE REAL?

Anete Marques Penna de Carvalho, Tátilla Brito Pamplona.....	271
1 Introdução.....	271
2 Evolução legislativa das compras públicas no Brasil	272
3 Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e a Lei nº 14.133/2021	274
4 Critérios de sustentabilidade na Lei nº 14.133/21	275
5 Desafios para aplicabilidade da Lei nº 14.133/21?	279
6 Conclusão.....	281
Referências	282

SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA NO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA NA AMAZÔNIA LEGAL

Jane Vieira Alcântara Neves, Monique Soares Leite.....	285
1 Introdução.....	285
2 Sustentabilidade, governança pública fundiária e processo administrativo de regularização fundiária urbana na Amazônia legal	287
3 Considerações finais.....	294
Referências	295

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
E OS SEUS REFLEXOS NAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
PARA A ATUAÇÃO ADVOCATÍCIA EM DIREITO ADMINISTRATIVO

Victor Russo Fróes Rodrigues.....	297
1 Introdução.....	297
2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o controle das atividades das instituições e dos agentes públicos	298
3 Reflexo dos ODS na atuação advocatícia em Direito Administrativo	300
4 Conclusão.....	304
Referências	304

PROCESSO ESTRUTURAL E SUSTENTABILIDADE NO
DIREITO ADMINISTRATIVO: UM CAMINHO PARA A
EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

Adilson Carvalho Pantoja.....	307
1 Introdução.....	307
2 O desenvolvimento sustentável e as contratações públicas: Agenda 2030 da ONU, ODS 12.7 e gestão pública sustentável ..	309
3 Processo estrutural e o controle judicial de políticas públicas....	312
4 Processo estrutural como mecanismo de reestruturação de órgãos administrativos em falhas de gestão ambiental: o caso da ADPF nº 760 e a Pauta Verde	316
5 Considerações finais.....	320
Referências	321

O COMBATE À GRILAGEM PELOS CARTÓRIOS DE
REGISTRO DE IMÓVEIS: UMA ANÁLISE ACERCA DA
JURIDICIDADE DOS PROVIMENTOS VOLTADOS AO
COMBATE À GRILAGEM EDITADOS PELA CORREGEDORIA
DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Antonio Carlos Apolinário de Souza Cardoso	325
Introdução.....	325
1 O caos fundiário e o combate à grilagem pela Corregedoria de Justiça	326
2 A fiscalização e regulação da atividade registral pelo Poder Judiciário e a juridicidade dos provimentos voltados ao combate à grilagem	328
Conclusão.....	336
Referências	337

SOBRE OS AUTORES.....	341
------------------------------	------------